

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República por meio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, nos termos da Lei nº 13.334 de 13/09/2016, criada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. E tem por objeto social:

I - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias; e

II - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

Compete ainda a EPL:

I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;

II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;

III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
2º TRIMESTRE**

IV - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;

V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;

VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;

VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;

VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;

IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;

X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;

XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;

XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;

XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
2º TRIMESTRE**

XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;

XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor;

XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República;

XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;

XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;

XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

XXI - elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes; e

XXII - exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto, conforme previsão do Estatuto Social.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRSs”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);

b) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
2º TRIMESTRE**

c) A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404/76 em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;

d) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;

e) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

f) As provisões para contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base na opinião da Procuradoria Jurídica Geral, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica estão divulgadas na nota explicativa nº 3.28 com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

NOTA 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

3.1 - ATIVO CIRCULANTE

3.1.1 – BANCO CONTA MOVIMENTO/TESOURO - R\$ 4.480.519,42 correspondem a saldo da conta única em 30/06/2017, aumento de 2,25% comparando com o saldo em 30/06/2016 no valor de R\$ 4.382.076,20, conforme quadro demonstrativo a baixo:

R\$		
FONTE	30/06/2017	30/06/2016
0100 – Outros Pag. Pessoal – Órgãos Integr.	244.833,01	350.828,56
0100 – Pessoal Requisitado	200.333,98	67.678,41

0100 – Pagamento de Pessoal	6.170,44	21.396,23
0100 - Custeio/Invest. C/ Exig. De Empenho	778.517,18	921.781,91
0250 – Custeio / Investimento-Rec. Próprio	2.821.382,28	2.813.695,28
0100 - Pagamento de Cartão de Crédito	543,46	543,46
0100 – Custeio/Invest. PAC	401.916,79	201.659,38
0100 – Custeio e Investimento	0,00	4.109,08
0100 - Custeio Pagto Pessoal/Auxílios	26;822,28	383,89
Total	4.480.519,42	4.382.076,20

3.1.2 – APLICAÇÃO FINANCEIRA - R\$ 7.450.839,68 Aplicação financeira na Caixa Econômica Federal, agência governo, nos termos da Resolução nº4034/2011-BACEN, registrado pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos acumulados até 30/06/2017, tendo obtido uma variação positiva de 10,55%, com relação ao correspondente trimestre de 2016.

3.1.3 - CAUÇÕES DE TERCEITOS SOBRE CONTRATO - R\$ 1.688,85 correspondem aos valores depositados pelos contratados para garantir a execução do contrato de prestação de serviço.

		R\$
- Aguiar Feres Auditores Independentes	Contrato 15/2015	739,00
- Make Consultoria de Aval. Empresariais	Contrato 05/2017	949,85

3.1.4 – OUTROS CRÉDITOS - R\$ 9.649.847,19 variação negativa de 10,54%, sendo este sub-grupo composto pelas seguintes rubricas, e suas respectivas variações:

		R\$
- Estoque		147.198,85
- Adiantamento a Empregados		899.539,83
- Impostos a Recuperar		722.279,06
- Créditos a Receber		962.680,64
- Descentralização de Créditos		6.476.862,61
- Depósito Recursal		387.996,06
- Despesas Diferidas		53.290,14
TOTAL		9.649.847,19

3.1.4.1 – ESTOQUE - R\$ 147.198,85 correspondem aos bens de consumo existentes no Almoxarifado em 30/06/2017, variação de 50,41% em comparação ao trimestre de 2016, ficando um período sem registro das saídas, devido a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços do Governo Federal – SIADS.

3.1.4.2 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS - R\$ 899.539,83 correspondem a adiantamentos feitos a diversos colaboradores da EPL, referentes a férias e 13º salário, variação de 8,58% comparado com 2016.

3.1.4.3 – IMPOSTOS A RECUPERAR - R\$ 722.279,06, variação de 33,74%, correspondem basicamente a imposto de renda descontado na fonte sobre rendimento de aplicação financeira R\$ 525.506,86 que poderá ser compensado para pagamento de IRPJ sobre lucros.

3.1.4.4 – CRÉDITOS A RECEBER - R\$ 962.680,64, variação de 1.275,10% correspondem à reclassificação contábil das multas aplicadas ao prestador de serviços, ainda não quitadas pelo mesmo.

3.1.4.5 - ADIANTAMENTO PARA ACORDOS E TERMOS - R\$ 6.476.862,61 em 30/06/2017, contra R\$ 9.173.664,45 em 30/06/2016, variação negativa de 29,40%, considerando que houve comprovação por meio da prestação de contas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

OBJETO	30/06/2017	30/06/2016	VARIAÇÃO %
TED – IPEA	241.407,97	53.600,00	350,39
ACT – PNUD	5.312.322,90	8.196.932,71	(35,19)
TC – DERSA	923.131,74	923.131,74	0,00
TOTAL	6.476.862,61	9.173.664,45	(29,40)

R\$

3.1.4.6 – DEPÓSITO RECURSAL/JUDICIAL – R\$ 387.996,06, variação de 941,62% tendo em vista que houve depósitos Judiciais por conta de terceiros no valor R\$ 291.644,72 e depósitos Recursais no valor R\$ 96.351,34, como demonstrado no quadro abaixo:

DEPÓSITOS	30/06/2017 - R\$	30/06/2016 - R\$	VARIAÇÃO %
Recursal	96.351,34	37.249,18	158,67
Depósito Judicial	291.644,72	0,0	100,00
TOTAL	376.036,43	32.635,01	1052,25

R\$

3.1.4.7 – DESPESAS DIFERIDAS - R\$ 53.290,14, variação de 36,39% comparado com 2016, despesas com pagamento do IPTU do exercício de 2017, a apropriar nos meses futuros.

3.2 – ATIVO NÃO CIRCULANTE: Corresponde às aplicações de recursos recebidos como AFAC em projetos da EPL e demais recursos para investimento, para aplicação em imobilizado da atividade administrativa. As variações ocorreram em função da depreciação e amortização dos mesmos, conforme quadro abaixo:

TITULO	31/12/2016	AQUISIÇÕES E BAIXAS	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	PERCE NTUAL	VALOR RESIDUAL

R\$



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
2º TRIMESTRE**

BENS MÓVEIS	16.781.326,89	67.560,00	10.616.028,57	%	6.232.858,32
Mobiliário em Geral	2.288.511,23		947.931,18	10%	1.340.580,05
Máquinas e Equipamentos	68.454,79		3.767,36	10%	54.687,43
Aparelhos	14.216,22		3.737,60	10%	10.478,62
Computadores e Periféricos	7.055.999,82	67.560,00	5.642.207,78	20%	1.481.352,04
Biblioteca	17.420,15		4.405,05	10%	13.015,10
Equipamentos de Telecomunicação	250.950,00		180.635,00	20%	70.315,00
Software	4.505.936,45		2.793.348,45	20%	1.712.588,00
Equipamentos Energia Elétrica	2.494.646,00		999.519,55	10%	1.495.126,45
Utensílio de Copa e Cozinha	2.249,00		812,92	10%	1.436,08
Aparelho de Medição e Orientação	3.200,00		1.119,93	10%	2.080,07
Equipamento para Áudio Vídeo Foto	5.465,00		1.374,10	10%	4.090,90
Outros Bens de Uso Duradouro	74.278,23		27.169,65	10%	47.108,58
BENS IMÓVEIS	2.644.161,33		2.284.291,23	%	359.870,10
Instalações em Bens de Terceiros	2.644.161,33		2.284.291,23	20%	359.870,10
TOTAL DO IMOBILIZADO	19.425.488,22	67.560,00	12.900.319,80		6.592.728,42
INTANGÍVEL	73.669.074,55	4.075.649,69	36.100.151,67	%	41.644.572,57



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
2º TRIMESTRE**

Cessão de Uso de Programa de Informática	5.679.128,90	2.040,00	4.321.126,74	20%	1.360.042,16
Cessão de Uso de Programa de Informática - 36 Meses		70.400,00	1.955,36		68.444,64
CT - 21/2013 - Axiomas - Origem e Destino	15.771.855,96		10.712.867,08	20%	5.058.988,88
CT - 21/2012 - Von Braun - Origem e Destino	1.976.102,75		1.588.688,56	20%	387.414,19
CT - 33/2013 - Instituto Olhar - Sistema de Dados	5.080.000,00		2.844.799,99	20%	2.235.200,01
CT - 12/2014 - Mark Sistema - Sistema de Dados	1.489.000,00		673.772,58	20%	815.227,42
CT - 12/2013 - STE - BR-116	4.910.542,20	225.772,06	1.832.516,60	20%	3.303.797,66
CT - 09/2014 - PROFILL - BR-153	3.090.174,89		1.348.071,82	20%	1.742.103,07
CT - 04/2014 - MRS - BR-153/262	3.736.548,86		1.672.335,31	20%	2.064.213,55
CT - 32/2013 - PROSUL - BR-101/324/367	2.579.936,97		1.015.424,93	20%	1.564.512,04
CT - 06/2014 - JGP - BR-163	4.959.876,61		2.253.752,76	20%	2.706.123,85
CT - 15/2014 - PROSUL - BR - 262	2.029.746,92		723.073,95	20%	1.306.672,97
CT - 13/2013 - STE - BR-040	5.942.511,74	889.762,13	2.795.781,09	20%	4.036.492,78
Projeto Pnud BRA 13-013 - Modelos de Gestão	7.976.847,13		2.373.576,15	20%	5.603.270,98
CT - 02/2015 - STE/SISCON - BR-101	1.687.995,68		483.378,60	20%	1.204.617,08
CT - 02/2016 - SPAZIO - Estudo de Concessão	505.203,33	199.507,77	101.945,37	20%	602.765,73

CT - 17/2015 - MRS - BR-367	1.785.822,72	459.635,92	377.932,32	20%	1.867.526,32
Projeto da Modelagem - TAV - FUB	688.103,20		106.157,43	20%	581.945,77
CT - 16/2015 - MRS - BR-156/476/282/480	2.225.546,36	255.363,78	463.916,60	20%	2.016.993,54
Origem e Destino Acordo de Cooperação IPEA	70.620,00		15.301,00	20%	55.319,00
CT - 03/2016 - STE - BR/364/365	1.050.000,00	1.462.500,00	235.000,00	20%	2.277.500,00
CT - 01/2016 - MPB/ENECON - EF/151	164.799,98	82.399,99	28.840,01	20%	218.359,96
CT - 27/2013 - Imagem Geosistemas	268.710,35		120.919,67	20%	147.790,68
CT - 01/2015 - DERSA - Ferroanel São Paulo		112.815,00	3.760,50	20%	109.054,50
CT - 13/2016 - Humberto Santana - BR 362/381/262		315.453,04	5.257,25	20%	310.195,79

Houve variação negativa de 7,04% neste grupo, considerando que apesar das aquisições de R\$ 4.143.209,69, no período de janeiro a junho de 2017, esse valor foi superado pela depreciação/amortização do mesmo período no valor de R\$ 9.272.034,41. Na aplicação da depreciação e amortização, foi utilizado os princípios do Regulamento do Imposto de Renda, decreto 3.000/99.

3.2.1 – IMOBILIZADO LÍQUIDO - R\$ 6.592.728,42 Correspondem ao valor do imobilizado, deduzido da depreciação e amortização, conforme quadro supra.

3.2.1.1 – BENS MÓVEIS - R\$ 6.232.858,32.

3.2.1.2 – BENS IMÓVEIS - R\$ 359.870,10.

3.2.2 – BENS INTANGÍVEIS – R\$ 41.644.572,57, corresponde ao saldo de 31/12/2016, acrescidos das aquisições de janeiro a junho de 2017, reduzidos da depreciação e amortização do mesmo período. Esses Estudos e Projetos classificados como intangíveis, estão em consonância com a política de transportes do Governo

Federal.

PASSIVO

4.1 – PASSIVO CIRCULANTE - R\$ 5.267.659,13 Correspondem aos registros contábeis das dívidas da EPL, até 30/06/2017. Foram distribuídos conforme a seguir.

4.1.1 – CONTAS A PAGAR - R\$ 3.022.396,30 – Composto por:

	R\$
- Fornecedores	1.977.359,99
- Ordenados e Salários a Pagar	109.385,42
- Consignações a Recolher	401.590,29
- Encargos Sociais a Recolher	532.371,75
- Caução de Terceiros	1.688,85

4.1.1.1 – FORNECEDORES - R\$ 1.977.359,99 variação de 147,49%, que correspondem basicamente reclassificação contábil do valor correspondente ao Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo nº 21/2013, no valor de R\$ 1.187.243,97.

4.1.1.2 – ORDENADOS E SALÁRIOS A PAGAR - R\$ 109.385,42 variação de 204,81%, que correspondem as rescisões contratuais, apropriadas na competência 06/2017.

4.1.1.3 – CONSIGNAÇÕES A RECOLHER - R\$ 401.590,29 que correspondem a descontos efetuados sobre a folha de pagamento do mês de junho de 2017, a saber:

	R\$
- INSS	69.749,10
- Imposto de Renda	331.841,19

4.1.1.4. – ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - R\$ 532.371,75 correspondem aos valores de despesas da EPL, com a folha de pagamento de junho de 2017, a recolher.

	R\$
- FGTS	153.528,55
- INSS Patronal	378.843,20

4.1.1.5. – CAUÇÕES DE TERCEITOS SOBRE CONTRATO - R\$ 1.688,85 correspondem aos valores depositados pelos contratados para garantir a execução do contrato de prestação de serviço.

R\$

- Aguiar Feres Auditores Independentes	Contrato 15/2015	739,00
- Make Consultoria de Aval. Empresariais	Contrato 05/2017	949,85

4.1.2 – OUTROS DÉBITOS - R\$ 2.245.262,83 ocorreu uma redução de 8,78%, correlacionado com o mesmo período em 2016, sendo R\$ 2.233.670,00 correspondente a provisões trabalhista (férias e 13º terceiro salário) e o pequeno valor de R\$ 11.593,00 vinculado a folha de pagamento.

4.1.2.1 – CREDORES DIVERSOS - R\$ 11.592,52 se referem a pequenos valores pendentes de pagamentos, já mencionados acima, com diminuição de 22,35%, com a seguinte composição:

- Direitos Trabalhistas	R\$ 5.435,99
- Imposto de Renda a Recolher	R\$ 6.156,53

4.1.2.2 – PROVISÕES - R\$ 2.233.670,31 correspondem a provisões trabalhistas efetuadas de acordo com o regime de competência, tendo uma variação negativa de 8,70%, conforme demonstrado abaixo:

TÍTULO	30/06/2017	30/06/2016	VARIAÇÃO %
Provisão Férias + 1/3 e 13º	1.364.251,50	1.669.954,79	(18,31)
Provisão INSS s/Férias e 13º	704.746,31	606.706,47	16,16
Provisão FGTS s/Férias e 13º	164.672,50	169.797,59	(3,02)
TOTAL	2.233.670,31	2.446.458,85	(8,70)

4.2 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE – 22.910.195,21 – Este grupo é composto pelas contas Crédito para Aumento de Capital no valor de R\$ 21.231.198,96 e Provisões para Causas Trabalhistas e Cíveis no total de R\$ 1.678.996,25.

4.2.1 – CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL - R\$ 21.231.198,96 correspondem ao saldo dos adiantamentos para aumento de capital-AFACs, decorrentes de repasses recebidos no período de novembro de 2015 a dezembro de 2016, para aplicação em investimentos, totalizando R\$ 14.682.650,39, mais a atualização monetária aplicada pela taxa SELIC nos termos do Decreto 6.673/98, que totalizam R\$ 2.048.548,56, e repasses recebidos em 2017 no valor de R\$ 4.500.000,00.

4.2.2 - PROVISÕES PARA CAUSAS TRABALHISTAS/CÍVEIS – R\$ 1.678.996,25 correspondem a provisões constituídas como prevenção para prováveis questões trabalhistas e cíveis, com base em informações prestadas pela Procuradoria Jurídica Geral desta EPL:

PROCESSO	ORIGEM	2017	2016
072590-04.2014.4.01.3400	Cível	1.217.763,90	1.217.763,90
001381-03.2014.5.10.0017	Trabalhista	50.000,00	50.000,00



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
2º TRIMESTRE**

001429-95.2014.5.10.0005	Trabalhista	40.000,00	40.000,00
001645-68.2014.5.10.0001	Trabalhista	0,00	61.616,10
001689-60.2014.5.10.0010	Trabalhista	30.000,00	30.000,00
001719-71.2014.5.10.0018	Trabalhista	30.000,00	30.000,00
000853-38.2015.5.10.0015	Trabalhista	35.870,71	35.870,71
001045-65.2015.5.10.0016	Trabalhista	37.233,73	37.233,73
000834-26.2015.5.10.0017	Trabalhista	0,00	36.988,84
001017-05.2015.5.10.0008	Trabalhista	35.870,71	35.870,71
005006-56.2015.5.10.0002	Trabalhista	80.000,00	80.000,00
005013-88.2015.5.10.0021	Trabalhista	40.000,00	40.000,00
000107-42.2016.5.10.0014	Trabalhista	80.000,00	80.000,00
001612-08.2015.5.10.0013	Trabalhista	2.257,20	2.257,20
TOTAL		1.678.996,25	1.777.601,19

4.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ 41.642.341,79 Representado nestas Demonstrações Financeiras pelas rubricas Capital Social Integralizado no valor de R\$ 53.492.396,90 reduzido pelos Prejuízos do 1º e 2º Trimestre Acumulados no valor de R\$ 11.850.055,11.

4.3.1 – CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO - R\$ 53.492.396,90 Em 24 de abril de 2017, o Capital Social foi alterado de R\$ 93.332.075,30 para R\$ 53.492.396,90 com a redução por meio da amortização do prejuízo acumulado de 2016, no valor de R\$ 39.839.678,40 em conformidade com a AGE.

4.3.2 – PREJUÍZOS ACUMULADOS - R\$ 11.850.055,11 correspondem aos prejuízos acumulados de 2017 no valor de R\$ 11.083.171,38 e Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 766.883,73 motivados principalmente pelo ressarcimento de salário e vantagens de servidores requisitados de outros órgãos, baixa de provisões judiciais constituídas em exercícios anteriores, apropriação de contribuição sindical patronal de exercícios anteriores, e outras despesas de natureza somente econômicas. de como depreciação e amortização, provisões de férias, 13º salário e os encargos sociais correspondentes.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

5.1 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS - R\$ 29.772.363,82 todas as despesas correntes são consideradas despesas operacionais/administrativas. Estas despesas variaram 1,66% comparadas às mesmas despesas de 2016, detalhadas a seguir:

5.1.1 – PESSOAL E ENCARGOS - R\$ 15.120.393,42 correspondem a



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
2º TRIMESTRE**

pagamento de colaboradores, pessoal requisitado com ônus, diretores e conselheiros. Variação 2,10% comparando com o trimestre de 2016.

5.1.2 – MATERIAL DE CONSUMO - R\$ 16.613,88 correspondem basicamente a material de expediente, tendo uma variação de 1,68%, comparadas com o trimestre de 2016.

5.1.3 – SERVIÇOS DE TERCEIROS - R\$ 4.078.993,24 nesta rubrica, estão alocadas as despesas diretas com manutenção da EPL, ocorreu uma diminuição de 26,36%, comparado a 2016, um dos principais motivos para a redução foi a negociação do contrato de aluguel do imóvel e o fim do contrato de suporte técnico de informática.

5.1.4 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - R\$ 1.154.604,83 correspondem as outras despesas com a manutenção da EPL, houve um acréscimo de 33,25% em relação ao mesmo período de 2016, destacando principalmente Passagens Nacionais de R\$ 164.831,92; Cursos e Treinamento de pessoal, R\$ 49.097,50; Auxílio Alimentação de R\$ 420.380,44; Energia Elétrica de R\$ 213.793,82 e Assistência Médica de R\$ 152.040,58.

5.1.5 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS - R\$ 129.724,04 correspondem a pequenas despesas tributárias, destaca uma variação de 12,74% superior ao ano de 2016, com ênfase para Contribuição Sindical Patronal no valor de R\$ 60.129,03, e o IPTU de R\$ 53.290,14.

5.1.6 – DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO - R\$ 9.272.034,41 correspondem às despesas apropriadas referentes a depreciação dos bens móveis próprios, amortização de bens imóveis de terceiros e amortização de intangíveis. Houve variação de 19,81% considerando que essa depreciação/amortização foi aplicada tanto sobre os bens existentes em 31/12/2016, como os adquiridos no 1º e 2º Trimestre de 2017.

5.2 – RECEITA-DESPESA FINANCEIRA - R\$ (454.702,61)

5.2.1 – RECEITA FINANCEIRA - R\$ 437.510,46 correspondem aos ganhos em 2017 sobre aplicação financeira efetuada na Caixa Econômica Federal. Houve variação negativa de 14,46%, referente ao período de 2016.

5.2.2 – DESPESAS FINANCEIRAS – R\$ (892.213,07), correspondem as despesas contabilizadas relativas a atualização monetária pela taxa SELIC, dos repasses efetuados pela União como AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, em cumprimento ao Decreto 2.673/98. Gerou uma redução de 69,45%, em relação a 2016, devido a Integralização do Capital Social realizada em 20/12/2016 e a

alteração do Decreto 2.673/98, extinguindo a correção para os repasses a partir de 2017.

5.3 – SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO - R\$ 19.296.725,08 correspondem as receitas de repasses de subvenções governamentais para manutenção do custeio da unidade, comparando com o 2º trimestre de 2016, houve decréscimo de 7,10%.

5.4 – OUTRAS DESPESA OPERACIONAL - R\$ 152.830,03 correspondem as despesas comprovadas do Termo de Execução Descentralizada com o Instituto IPEA.

5.5 – PREJUÍZOS - R\$ 11.083.171,38 ocasionados principalmente pelas apropriações de despesas não financeiras a saber:

	R\$
Amortização de Intangíveis	7.267.370,10
Amortização de instalações em bens de terceiros	264.416,16
Amortização de Software	380.700,11
Depreciação de Bens Móveis	1.359.548,04
Atualização Monetária dos Créditos de Acionista	889.315,09
Provisões para Férias, 13º e Encargos	844.231,11
Total	11.005.580,61

QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS LEIS 6.404/76 E 4.320/64

Em atendimento ao Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União de 06/11/2006, apresentamos o quadro dos saldos levantados pelo sistema contábil Societário e sistema SIAFI, em 30/06/2017, com as respectivas informações:

	BALANÇO PATRIMONIAL – 30/06/2017			
	SOCIETÁRIO	SIAFI	DIFERENÇA	NOTA
	ATIVO			
Disponível	11.933.047,95	11.933.047,95		
Estoques	147.198,85	147.198,85		
Adiantamentos	899.539,83	899.539,83		
Outros Valores a Receber	962.680,64	962.680,64		
Impostos a recuperar	722.279,06	722.279,06		
Impostos e Contribuições	53.290,14	53.290,14		
Descentralização de Crédito e Convênios	6.476.862,61	6.476.862,61		
Depósito Recursal / Judicial	387.996,06	387.996,06		
Imobilizado	6.592.728,42	47.638.770,17	-41.046.041,75	
Intangível	41.644.572,57	530.046,24	41.114.526,33	



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
2º TRIMESTRE**

Total Ativo	69.820.196,13	69.751.711,55	68.484,58	(a)
PASSIVO				
Contas a pagar	1.473.636,92	1.473.636,92		
Consignações a recolher	401.590,29	401.590,29		
Encargos Sociais a recolher	1.401.790,56	1.401.790,56		
Fornecedores	1.977.359,99	1.977.359,59	0,40	(b)
Outros Credores	11.592,52	11.592,52		
Passivo Cauções	1.688,85	1.688,85		
Provisões	1.678.996,25	1.678.996,25		
Crédito para Aumento de Capital	21.231.198,96	20.950.798,95	280.400,01	(c)
Capital Social	53.492.396,90	53.492.396,90		
Prejuízo Acumulado	-11.850.055,11	-11.638.139,28	-211.915,83	(d)
Total Passivo	69.820.196,13	69.751.711,55	68.484,58	(e)

(a) Valor referente Aquisição de Software de prateleira, contabilizado no SIAFI diretamente como despesa, e na contabilidade societária contabilizado no Intangível.

(b) Erro de digitação no momento de liquidação no SIAFI, regularizado em 10/07/2017.

(c) Refere-se ao Juros da atualização SELIC, contabilizados após fechamento do SIAFI, devido a ajuste de parametrização realizado pelo Tesouro em 07/07/2017, e regularizado em 10/07/2017.

(d) Valor referente aos itens “a”, “b” e “c”.

(e) Total se refere ao item “a”.

José Carlos Medaglia Filho
Diretor Presidente
CPF: 388.908.520-20

Adailton Cardoso Dias
Diretor
CPF: 159.812.585-00

Maurício Pereira Malta
Diretor
CPF: 507.460.655-15

Francisco Antonio Martins
Contador
CRC MA – 001855/O-8 T-DF